

SARA VIDAL MAIA

saravmaia@ua.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE  
(CECS), UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

## DE FOUCAULT A BUTLER: IDENTIDADE(S), PERFORMATIVIDADE E NORMATIVIDADE DE GÉNERO

### RESUMO

Michel Foucault abre o caminho para a teorização pós-moderna e pós-feminista dos estudos da(s) identidade(s) de género ao analisar o sujeito, envolvido na teoria da sexualidade, como algo construído pelo discurso e que envolve relações de poder. Esta perceção é útil para auxiliar na conceção de estratégias determinadas a modificar o estado da relação material e simbólica entre o masculino e o feminino, e que foram teorizadas por vários pensadores (de Beauvoir a Braidotti) a partir da segunda metade do século XX. Uma destas estratégias assenta na ideia de que o género deve ser visto como uma variável fluida, deixando de ser um atributo e passando a ser performativo. Para Judith Butler há necessidade de “desfazer” a norma para “desfazer” o género, utilizando para isso uma formação de pensamento complexa que tem início no conceito “tornar-se”.

### PALAVRAS-CHAVE

Estudos Culturais; identidade(s) de género; normatividade de género; performatividade

---

O trabalho teórico de Michel Foucault auxiliou na preparação do percurso pós-moderno das teorias sociológicas do desvio, da saúde e da sexualidade, visto que o filósofo optou por trabalhar sobretudo a via dos comportamentos e das diferenças sexuais, e as relações de poder entre os sujeitos, sustentando algumas teorias dos estudos de género. De acordo com Foucault, os discursos sobre o sexo proliferam nas sociedades e continua-se a produzir um *saber sobre o prazer* e a experimentar um *prazer de saber* (Foucault, 1984b; Louro, 2008).

Foucault reivindica que a sexualidade e o poder são coextensivos, e que uma sexualidade subversiva ou emancipatória tem dificuldade em

se libertar da lei ou da norma estabelecidas, ao contrário do que é o pensamento de outros autores pós-estruturalistas, como Butler ou Braidotti, que permite refletir e “constituir sujeitos dentro de uma heterossexualidade hegemónica e consequentemente sobrenormativa” (Oliveira, 2013, p. 69). Porém, parece haver consenso quando se pensa a sexualidade como algo “construído dentro dos termos do discurso e do poder, onde o poder é parcialmente entendido em termos de heterossexualidade e convenções culturais fálicas” (Butler, 1990, p. 30).

Michel Foucault dá uma nova leitura ao discurso do desejo e afirma que a sexualidade deve ser pensada dentro das dinâmicas relacionais e de poder que se estabelecem entre os sujeitos e a sociedade. Nesse sentido, o pensador afirma que:

o poder não opera num único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, (...) a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações. (Foucault, 2006, p. 262)

Para Foucault (1984a, 1984b, 1984c), a sexualidade é identificada como um elemento fundamental para os mecanismos de controlo e regulação social, que operam nos discursos e instituições modernos. A sexualidade é, assim, num meio de regulação social que une um determinado corpo a um determinado comportamento e atitude, fazendo, por vezes, confundir gênero e sexualidade.

A sexualidade (ou a diferença sexual) é severamente regulada pela sociedade, o que a torna num bom exemplo de como os mecanismos de poder atuam. A sociedade criou uma espécie de “guiões sexuais” que indicam como os sujeitos se devem comportar nas suas relações, vendo, por exemplo, a homossexualidade como desviante. Ao analisar o sujeito, envolvido na teoria da sexualidade, como algo construído pelo discurso e que envolve relações de poder, o pensamento foucaultiano explica como se dá a construção da(s) identidade(s) de gênero.

Quando se analisa a construção da identidade de gênero nos estudos de Foucault percebe-se que não existe uma base biológica ou uma naturalização psicanalítica que determine as diferenças de identidade entre homens e mulheres, mas sim um processo discursivo que determina o gênero e que é visto como algo que nunca está inteiramente concluído.

Neste sentido, as contribuições concetuais de Foucault para esta discussão centram-se sobretudo nos conceitos de sexualidade, normatividade,

discurso e poder. De facto, o filósofo vem apenas valorizar a discussão que surge depois da segunda metade do século XX e que se centra na ideia de que a identidade de género é uma problemática sociocultural. Em suma, começa-se a compreender que não existe um modelo cultural único de género, mas uma multiplicidade de discursos sobre o género (Moore, 2000).

Vários pensadores da identidade, do poder e do discurso basearam-se no trabalho de Foucault e no ambiente de pensamento reformista que se fazia sentir na época. Contudo, terá sido a crítica contemporânea feminista que reforçou o interesse pelo sentido e pelo significado da diferença e da identidade de género. Algumas destas críticas, baseadas no trabalho de Lacan e Foucault, argumentam que “a identidade de género (...) é constituída através de sistemas simbólicos sociais ou instituições de poder” (Weir, 1996, p. 6).

A crítica feminista permitiu uma revolução no conhecimento e foi bastante útil para influenciar a conceção de estratégias determinadas a modificar o estado da relação material e simbólica entre o masculino e o feminino. Porém, certos discursos do Feminismo focaram-se no princípio da perpetuação da relação de dominação masculina no interior das unidades domésticas, desconsiderando, por vezes, instâncias como o Estado e a Escola, “lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem no interior do universo mais privado” (Bourdieu, 1999, p. 4).

A discussão pioneira em torno da identidade e do género encontra-se na obra *Le deuxième sexe*<sup>1</sup>, da escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir (1949/1977a, 1949/1977b), que discute a relação entre o Eu e o Outro, dissecando as relações entre os sexos masculino e feminino, e analisando o papel social da mulher. Segundo Beauvoir, a humanidade é “masculina”, e é esta masculinidade (normalidade) que define a mulher (diferença). Para a autora o homem vê-se como um sujeito que define, enquanto a mulher é o Outro: “ele é o Sujeito, ele é Absoluto: ela é o Outro” (Beauvoir, 1949/1977a, p. 16). Nesta dialética, o homem nega-se a ser o Outro e as mulheres afastam-se da reclamação da sua liberdade. Isto deve-se, no pensamento de Bourdieu (1999), a uma construção social dos corpos e a uma incorporação da dominação que as mulheres foram adquirindo fruto de imposições simbólicas.

Para Beauvoir (1949/1977a) as mulheres são, com toda a certeza, moralmente responsáveis pela sua opressão. Beauvoir acrescenta que uma

<sup>1</sup> *Le Deuxième Sexe* (publicado inicialmente em 1949 e distribuído por dois volumes) fica conhecido como o ensaio filosófico que analisa profundamente o papel das mulheres na sociedade.

das vantagens de a mulher ser o Outro é a capacidade de ela evitar a angústia de ter responsabilidade pela vida. Contudo, aqui é preciso salientar que Beauvoir não considerou o facto de que nem sempre há uma alternativa para o sexo feminino, e que nem sempre a mulher se satisfaz com as “vantagens” de ser o Outro.

Em resposta à problemática supracitada, Beauvoir procurou discutir a liberdade da mulher em ambos os volumes da obra referida. Para a autora, “não se nasce mulher: torna-se uma” (Beauvoir, 1949/1977a, p. 285), o que revela uma opção individual. Deste modo, a mulher pode atingir a sua libertação através do “desmantelamento da construção masculina da mulher como o Outro” (Simons, 1999, p. 158). Esta atitude mostra Beauvoir como uma construcionista social que acredita na capacidade da mulher romper a tradição, transformando-a.

No segundo volume, Simone de Beauvoir (1949/1977b) tenta mover-se fora do contexto das construções dos homens que veem a mulher como o Outro, desafiando a dualidade objetivo/subjetivo. A autora demonstra que o conflito Eu-Outro é intersubjetivo, onde a identidade do Eu é sustentada e ameaçada pelo Outro, pela identificação com o Outro.

Até ao momento, é importante ter em mente que o trabalho de Simone de Beauvoir abriu o caminho para a discussão da identidade de género, sobretudo no seio das teorias feministas, com Jessica Benjamin, Allison Weir, Nancy Chodorow, Luce Irigaray, Judith Gardiner, Judith Butler e Rosi Braidotti.

No seu livro *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of dominations* (1988), Jessica Benjamin inspira-se na teoria de Simone de Beauvoir e procura perceber a pertinência psicológica dos papéis de género em identificar o homem como o sujeito (Eu) e a mulher como o objeto (Outro). Weir (1996) interpreta a identidade como oposição e conflito, dentro da dinâmica das relações de poder, também muito à maneira de Foucault. Neste caminho teórico, Allison Weir (1996) sugere ainda outras autoras como Nancy Chodorow, Luce Irigaray, Judith Gardiner e Judith Butler, às quais se acrescenta Rosi Braidotti.

Para Chodorow (1978), é a instituição social da maternidade que produz e incentiva as identidades de género associadas ao domínio masculino e à subordinação feminina. Já para Irigaray (1985, 2005), a identidade feminina deve afirmar-se face a uma rejeição da identidade como construção falocêntrica. Judith Gardiner (2002) apresenta uma visão mais otimista da identidade feminina, ao afirmar que esta é menos fixa, menos unitária e mais flexível que a individualidade masculina.

Judith Butler (1990) entende que a Sociologia e o feminismo têm de aceitar que existe um modelo fortemente marcado na sociedade, ao qual ela chama de “matriz heterossexual”, onde o sexo do sujeito é visto como um atributo biológico binário atribuído à nascença (masculino ou feminino), e o género é um componente cultural que é socializado no indivíduo ao longo da sua existência. Para além disso, Butler vai-se basear na máxima de Beauvoir – “não se nasce mulher: torna-se uma” – para repensar toda a conceção identitária. Finalmente, a teórica Rosi Braidotti (2002) pensa a identidade, a diferenciação sexual e a sua desconstrução através do “desejo” de “tornar-se”.

Neste percurso teórico, David Gauntlett (2002) afirma que, apesar de muitos sujeitos verem o género como um atributo que é culturalmente fixo e permanente, o género deveria ser visto como uma variável fluida que pode mudar de acordo com diferentes contextos e tempos, deixando de ser um atributo e passando a ser uma performance (uma forma de estar, de se ver, de se mostrar aos outros, e que se pode modificar repetidamente).

O carácter performativo do género é extensamente discutido nas obras de Judith Butler, englobando não apenas atos de fala, mas também atos corporais. Evidentemente, como “corpo” o sujeito é algo mais do que ele próprio, pois, ao ser constituído social e politicamente, o seu corpo tem uma dimensão pública: “constituído como um fenómeno social na esfera pública, o meu corpo é e não é meu” (Butler, 2004, p. 21). Os sujeitos vivem e recebem noções de realidade que lhes dizem que tipos de sexualidade e de corpos são considerados aceitáveis, verdadeiros e reais (e que tipos não o são).

Neste momento convém esclarecer que dizer que o género é uma performance implica que o sujeito atua e representa um papel de género a que pertence, apresentando-o ao mundo. Já dizer que o género é performativo trata-se de algo diferente, pois implica que o género produza um conjunto de efeitos, ou seja, o sujeito fala, anda e comporta-se de formas que consolidam a impressão de ser um homem ou uma mulher. Ou seja, os sujeitos atuam como se fosse algo intrínseco a eles, mas efetivamente é algo que é (re)produzido ao longo do tempo. Portanto, dizer que o género é performativo é dizer que ninguém é, de facto, de um género desde o início (Butler, 1997, 2004).

O conceito de performatividade de género apresenta-se como uma solução para mudar a forma da sociedade olhar para o género. Imagine-se, por exemplo, a dificuldade que uma “maria-rapaz” ou um “rapaz-feminino” têm em se integrarem socialmente sem sofrerem represálias das

instituições formais e informais que insistem em colocá-los num dos géneros. A noção de performatividade de género agiliza o processo de adaptação dos sujeitos em “novas” formas de género.

Para Butler (2004) é fundamental criar espaço para estas “novas” formas de género, discutindo-as e desenvolvendo-as. Isto implica que o mundo terá de entender os sujeitos com estes “novos” géneros e o seu desejo de não-normatividade, sem o encarar com violência. Os próprios sujeitos têm de viver sem se entenderem como “irreais”. Portanto, dentro da política teórica deverá haver espaço para o pensamento do possível (Butler, 2004).

A performatividade de género abre então as portas para novas formas de realidade através da incorporação. Segundo Butler (1993, 2004), o corpo é um processo de transformação que excede e (re)trabalha a norma e que mostra que a realidade não é fixa. Contudo, se imagens de outras possibilidades não são apresentadas isso significa que não há espaço para desfazer a norma e abrir a porta para outras “normalidades” humanas. Este assunto abre a discussão sobre a legitimidade das normas de género que são (re)produzidas na sociedade.

O problema da sociedade reside precisamente no facto de pensar em termos de sexualidade. Logo, a sexualidade do sujeito é pensada de e para o Outro, antes de ser construída de e para si, acontecendo o mesmo em relação ao seu género. Claro que, apesar dos constrangimentos normativos que limitam a sexualidade e a construção do género, estes mesmos constrangimentos são mobilizadores e incitadores de outra(s) sexualidade(s) e de outras construções de género.

É neste sentido que segue o trabalho teórico de Judith Butler, que procura desfazer conceções da normatividade, a vários níveis, mas sobretudo ao nível da sexualidade e do género. Se, por um lado, as normas são aquilo que orientam os sujeitos e os guiam na interação com o Outro, por outro lado, elas são também a forma pela qual o sujeito é reconhecido como humano, codificando nesse processo complexas operações de poder:

a normatividade refere-se ao processo de normalização, a forma pela qual certas normas, ideias e ideais prevalecem sobre a vida incorporada, providenciando critérios coercivos para o “homem” e a “mulher” normais. E (...) vemos que as normas são o que governam a vida “inteligível”, homens “reais” e mulheres “reais”. (Butler, 2004, p. 206)

O sujeito é assim constituído por normas que existem *a priori* e que representam uma forma de poder social (que não implica propriamente

uma lei) que produz o campo inteligível da humanidade e um aparato pelo qual a binariedade de gênero é instituída. Esta visão complexifica-se quando se passa a perceber que o gênero não é mais do que uma regra regulatória reproduzida, invocada e incitada por normas linguísticas e corporais. Contudo, se se reconhece que são as regras que formam e produzem o gênero, não seria possível pensar o que aconteceria se o gênero estivesse *a priori* da regulação? Como seria a humanidade se o gênero não fosse uma norma regulatória simbolicamente imposta?

De acordo com Butler (2004), se o gênero é culturalmente formado, isso implica que seja também um domínio de liberdade. E é importante resistir à violência que é imposta pelas normas de gênero, especialmente para com aqueles que não encaixam nelas. Assim, a autora reforça a necessidade de “desfazer” a norma para “desfazer” o gênero, utilizando para isso uma formação de pensamento que tem início no conceito “tornar-se”.

Com a obra *Undoing Gender* (2004), Judith Butler desenvolve uma estrutura de pensamento que se baseia na afirmação de Simone de Beauvoir (1949/1977a, p. 285) “não se nasce mulher: torna-se uma”. Desta forma, Butler (2004) acredita que o “tornar-se” é o veículo de transformação e de construção para o gênero. Para a autora, fazer-se justiça ao próprio sujeito é percebê-lo como humano antes do seu gênero e vê-lo para lá da sua sexualidade, da sua genitália.

Já Rosi Braidotti (2002) entende que para se pensar a identidade, o sujeito ou qualquer perfil identitário, isso implica, frequentemente, uma diferenciação sexual, ou seja, é difícil pensar as questões supracitadas sem sexualizar o sujeito. A solução está na desconstrução através do “desejo” de “tornar-se”, de criar/recrutar o sujeito: “tornar-se é a realização do encontro imanente entre sujeitos, entidades e forças que estão aptos mutuamente a afetar e trocar partes uns dos outros de uma forma criativa e não-individual” (Braidotti, 2002, p. 68).

Braidotti (2002) é defensora do sujeito que pensa em processos e não propriamente em conceitos. Portanto, é a transformação que é pensada e não os pontos de partida/chegada do sujeito. No caminho deste processo encontram-se pontos de encruzilhada importantes, mas que atribuem produtividade ao processo, descentrando-o, complexificando-o, relativizando-o e criticando-o. É neste ponto que o trabalho de Braidotti se diferencia do de Butler, apesar das duas autoras pós-estruturalistas fazerem novas e inovadoras leituras do que implica ser um sujeito.

Como já foi discutido, Butler faz a leitura do gênero através do conceito de performatividade: ser homem ou ser mulher implica um processo

de performatividade e não uma diferenciação sexual. Para Braidotti (2002), existem claramente dois sexos – o masculino e o feminino – sendo que as performatividades se encontram entre estes dois pólos e permitem a criação de “novas figurações” e de novos “lugares sociais”. Estas figurações não são imagens pensadas, mas mapas concretos, materiais e reais (posições incorporadas e absorvidas numa materialidade) que ajudam a cartografar o mapa das relações de poder e a identificar lugares de resistência. Nas palavras da autora, esta “cartografia é uma leitura teoricamente enraizada e politicamente informada do presente” (Braidotti, 2002, p. 2).

Butler (2004) e Braidotti (2002) identificam ambas a presença de uma estrutura real, social e normativa em que o feminino é constantemente um Outro do Eu masculino (aquilo que Braidotti apelidou de “lógica do mesmo”), mas a resolução de cada uma para o problema difere. Butler (2004) pensa que a solução está na aniquilação do pensamento binário masculino-feminino e da diferença sexual, sendo esta normatização substituída pela performatividade de gênero. Braidotti (2002) afirma que é a diferença sexual e o que está entre o masculino e o feminino que permitem pontos de fuga para outras performatividades/leituras capazes de apresentar novas formas de resistência.

Portanto, o gênero não deve determinar a existência dos sujeitos na sua individualidade e a sociedade deve deixar espaço para que o sujeito possa escolher como quer ser reconhecido. Quer isto dizer que, apesar do gênero ser um aparato que produz e normaliza o masculino e o feminino, este “pode bem ser o aparato pelo qual esses termos são desconstruídos e desnaturalizados” (Butler, 2004, p. 42), contribuindo para a construção da identidade dos sujeitos. Mas importa acrescentar que, de acordo com o pensamento butleriano, essa “normalidade” nunca é alcançada. Portanto, o “problema de gênero” (e da sexualidade) é uma questão permanente, com respostas constantes.

Esta realidade desperta algumas questões sobre a identidade, pois se os indivíduos estão sujeitos a estas normas, que tipo de pessoas estão a ser “feitas”? Que tipos de homem estão a ser validados? Que tipos de mulheres são aceites? E qual o lugar dos sujeitos que vivem entre a binariedade de gênero? Se se pensar nas duas formas comumente aceitáveis para pensar o sujeito e o gênero – meio ou genética – estas questões ficam, à partida, reduzidas a estruturas simbólicas e normativas falocêntricas, que frequentemente são causadoras de “crises” identitárias.

O pensamento butleriano e, mais especificamente, o pensamento pós-feminista reconhecem que os limites supra apontados são positivos,

pois isso expõem a humanidade e elevam os limites da inteligibilidade. Em suma, a(s) identidade(s) (de gênero) deve(m) ser reconhecida(s) fora da norma e não a partir do Outro (Butler, 2004). Isto não implica que a relação com o Outro não seja fundamental na (des)construção identitária. Segundo Butler (1990), são as normas que constituem o gênero e “fazem” e “desfazem” os sujeitos, sobretudo através do desafio lançado pela relação com o Outro (é o Outro que faz, desfaz, questiona e reconhece o Eu; logo se reconhece e valida um Eu, também pode reconhecer e validar um outro Eu). Estas questões levantadas por Butler demonstram que a identidade de gênero deixou de ser uma questão do “ser” (ontológica) para passar a ser uma questão do “tornar-se”. Mesmo quando o sujeito tem a sua identidade de gênero e a atua, no futuro é possível perdê-la, reconstruí-la, validá-la de outra forma, transformando a própria questão de gênero numa pergunta constante.

Esta discussão reforça a ideia de que tanto a questão da diferença sexual como a da identidade de gênero devem ser constantemente problematizadas. O futuro simbólico abrirá múltiplas possibilidades, tanto para mulheres como para homens, libertando-os da obrigatoriedade de permanecer no sentido falocêntrico heteronormativo. Resta questionar: será que a estrutura para pensar a diferença sexual e o gênero tem de ser binária para que possa emergir a multiplicidade do feminino e do masculino? Butler (1993, 2004) desafia-nos a pensar antes: porque não pode ser esta estrutura sexual ela própria transformada do binário para a multiplicidade?

Butler (1990) continua a apontar neste sentido, ao afirmar que o comportamento de cada sujeito não é o seu sexo ou o seu gênero, mas sim tudo o que o seu sexo ou o seu gênero são (os conceitos deixam de ser universais e imutáveis). Isto não implica que a troca ou substituição da identidade de gênero seja um procedimento simples, pois a identidade (de qualquer tipo) é uma construção social, que constitui um sujeito dentro das relações de poder e das identificações psicológicas, sociológicas, culturais e até físicas de cada um.

Atualmente, é visível a complexidade da identidade de gênero que, ao se afastar da sua condição de atributo e se aproximar da sua categorização de performatividade abre as portas para a multiplicidade. Cada vez mais se desafiam as perspectivas tradicionais de masculinidade, de feminilidade e de sexualidade, aceitando que as pessoas e as suas escolhas podem mudar, mudando consigo a(s) sua(s) identidade(s) de gênero: “este novo campo de análise, que paulatinamente se tem alastrado a todos os campos das Ciências Sociais e Humanas, oferece um tremendo potencial de subversão

das normas estabelecidas no que elas têm de mais opressivo e limitador” (Gomes, 2011, p. 10).

Hoje, vê-se uma potencial dissolução de papéis masculinos e femininos, e as novas gerações vão-se desenvolvendo em sociedades mais abertas a novos sistemas de comparação. As mulheres apoderam-se mais da sua identidade, que, embora também seja desenvolvida por comparação a outros, é mais vivida como um Eu e não simplesmente como um Outro masculino. Todavia, existem ainda fortes influências desse pensamento tradicional, o que dificulta os processos de mudança. Muitas dessas influências encontram-se presentes nos discursos, nos hábitos quotidianos, na linguagem, nas representações mediáticas, nas práticas religiosas e nas atividades sociais.

Apesar de haver ainda uma discriminação positiva da masculinidade a vários níveis, as mulheres estão em processo de destronar muitos mitos de gênero, ao afirmarem a sua liberdade e a sua independência (Beauvoir, 1949/1977a). Se durante a infância a rapariga pode ser socialmente “mutilada”, com o seu crescimento e as transformações que daí advêm, a mulher ocidental pode resistir às estruturas e exercer aquilo que entendemos como resistência ou contrapoder.

## REFERÊNCIAS

- Beauvoir, S. (1949/1977a). *Le deuxième sexe. Les faits et les mythes*, vol.1. Paris: Éditions Gallimard.
- Beauvoir, S. (1949/1977b). *Le deuxième sexe. L'expérience vécue*, vol.2. Paris: Éditions Gallimard.
- Benjamin, J. (1988). *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of dominations*. Nova lorque: Pantheon Books.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora
- Braidotti, R. (2002). *Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming*. Cambridge/Malden: Polity Press.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova lorque: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova lorque: Routledge.
- Butler, J. (1997). *Excitable speech: a politics of the performative*. Nova lorque: Routledge.

- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Nova Iorque: Routledge.
- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1984a). *Histoire de la sexualité I – La volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard.
- Foucault, M. (1984b). *Histoire de la sexualité II – L'usage des plaisirs*. Paris: Éditions Gallimard.
- Foucault, M. (1984c). *Histoire de la sexualité III – Le souci de soi*. Paris: Éditions Gallimard.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Gardiner, J. (Ed.) (2002). *Masculinity studies & feminist theory: new directions*. Nova Iorque: Basic Books.
- Gauntlett, D. (2002). *Media, gender and identity: an introduction*. Nova Iorque: Routledge.
- Gomes, F. (2011). Arqueologia e gênero(s): de *strange bedfellows* a um paradigma crítico de leitura do passado. *Sapiens: História, Patrimônio e Arqueologia*, 5, 6-30. Retirado de [http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero5/arqueologia\\_e\\_generos.pdf](http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero5/arqueologia_e_generos.pdf)
- Irigaray, L. (1985). *Speculum of the other woman*. Ithaca: Cornell University Press.
- Irigaray, L. (2005). *An ethics of sexual difference*. Londres, Nova Iorque: A&C Black.
- Louro, G. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. DOI: 10.1590/S0103-73072008000200003
- Moore, H. (2000). Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, 14, 13-44. Retirado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341/3140>
- Oliveira, J. (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 68-78. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/09.pdf>

Simons, M. (1999). *Beauvoir and The second sex. Feminism, race, and the origins of existentialism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers

Weir, A. (1996). *Sacrificial logics: feminist theory and the critique of identity*. Nova Iorque: Routledge.

Citação:

Maia, S. V. (2019). De Foucault a Butler: identidade(s), performatividade e normatividade de género. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 417-428). Braga: CECS.